

**PROCESSO SELETIVO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE  
RESERVA DE ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
DIREITO**

**AVISO DE SELEÇÃO Nº 25/2022  
VAGA: ESTAGIÁRIO (CADASTRO DE RESERVA)**

NOME DO CANDIDATO: \_\_\_\_\_

DOC. DE IDENTIFICAÇÃO: \_\_\_\_\_

ASSINATURA DO CANDIDATO: \_\_\_\_\_

**PROVA**

PROVA DISCURSIVA  
ESTUDOS DE CASO

**ORDEM DAS QUESTÕES**

(01 - 02)  
(03 - 04)

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO**

**1. Ao receber esse caderno de prova, confira se ele contém:**

- 2 (duas) Questões Subjetivas, abordando temáticas relacionadas ao curso do candidato, com quantidade máxima de 20 (vinte) linhas, cada uma valendo 20 (vinte) pontos totalizando 40 (quarenta) pontos.

- 2 (dois) Estudos de Caso, relacionados ao curso do candidato, com quantidade mínima de 15 (quinze) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas, cada um valendo 30 (trinta) pontos totalizando 60 (sessenta) pontos.

- Caso contrário, comunique ao fiscal da sala para receber outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores;
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões;
- Use letra legível, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta);
- O Candidato não poderá utilizar corretivo, ou outra forma de correção de erro (s) na prova;
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem uso de qualquer aparelho eletrônico;
- Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem a autorização do fiscal de sala;
- Você terá 4 (quatro) horas para responder a prova;
- Ao término, devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com as Folhas Rascunho.

**Instituto Euvaldo Lodi – Núcleo do Ceará**

**Outubro/2022**

**Questão 01.** Disserte acerca da possibilidade de reconhecimento da existência de união estável simultânea ao casamento. Fundamente sua resposta.

**RESPOSTA:** Impossibilidade, o ordenamento pátrio consagra a monogamia, o que gera impedimento ao reconhecimento. Nesse sentido o STF e STJ entendem pela impossibilidade de reconhecimento da existência simultânea de casamento e união estável. STJ - Recurso Especial: Resp 1916031 MG 2021/0009736-8 Tema 526 e 529 STF.

**Questão 02.** Sobre o instituto da prisão domiciliar, pode-se afirmar que, no âmbito da persecução penal, essa consiste em medida alternativa ou diversa à prisão preventiva? Fundamente sua resposta.

**RESPOSTA:** Não, pois trata-se de medida substitutiva à prisão preventiva, uma vez que o decreto da medida impõe ao julgador a análise dos pressupostos autorizadores da prisão preventiva (CPP, artigos 311/312, do CPP). Uma vez presentes, poderá caber a prisão domiciliar, desde que configurada uma das situações do artigo 317/318 do CPP. Não se confunde com as medidas alternativas ou diversas da prisão, previstas nos artigos 319/320 do CPP, pois somente têm lugar quando a Prisão Preventiva não puder ser decretada, mas houver alguma necessidade de acautelamento dos meios e fins do processo por medida menos gravosa.

**Questão 03.** Paulo, viúvo, pai de Ana e Carlos (solteiros, maiores e capazes), veio a falecer em decorrência de acidente de carro. Deixou um patrimônio avaliado em R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Iniciado processo de inventário, Carlos renunciou ao seu direito à herança, ficando tudo para Ana, sua irmã. Ocorre que, Carlos possuía uma dívida com Ricardo, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a qual alegava não ter meios de pagar. No entanto, Ricardo só soube que Carlos havia renunciado ao seu quinhão na herança após findado todo o processo de inventário e partilha. Inconformado, Ricardo procura você para saber se há algo a ser feito para

receber o valor devido. Qual a ação adequada a ser proposta no caso hipotético? Fundamente sua resposta.

**RESPOSTA:** Poderá ser proposta ação rescisória (art 658 CPC) no prazo de dois anos caso a partilha tenha sido decidida por sentença, contando do trânsito em julgado da decisão. Caso tenha ocorrido por meio de decisão homologatória, poderá ingressar com ação anulatória (657 CPC) no prazo de um ano. Ou ainda, poderá ingressar com ação de fraude contra credores prevista no art 158 CC, devendo ser proposta em face de Paulo, por ser devedor, e Ana, que obteve proveito da fraude (161 CC), no prazo de quatro anos, a contar do conhecimento da fraude.

**Questão 04.** Fernando, ex-governador do Estado X, cometeu uma série de crimes contra a administração pública durante seu mandato, pelos quais respondia processos judiciais datados de 1995. Ocorre que, devido ao decurso do tempo, sua defesa pediu que fosse reconhecida a extinção da punibilidade pela prescrição, tendo sido atendida, findando o processo. Fernando comemorou o fim do processo e em entrevista a uma rádio local, declarou à população que fora absolvido. Disserte de forma fundamentada acerca da informação prestada por Fernando à população

**RESPOSTA:** A informação está equivocada, pois, apesar dos efeitos da prescrição da pretensão punitiva conduzir à absolvição sumária do agente, imperioso esclarecer que, não se permite a análise de conteúdo probatório de modo a identificar, sem sombra de dúvidas, uma negativa de autoria ou inexistência do fato delitivo. Nesse sentido, nos traz a doutrina de Távora e Alencar (2011, p. 715): “a sentença declaratória de extinção de punibilidade é uma decisão definitiva ou sentença em sentido próprio que encerra a relação processual, julga o mérito, mas não condena nem absolve”.